

A Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de Perroux, e a Implantação na Zona Franca de Manaus na Região Norte do Brasil

The Theory of the Growth and Development Polos of Perroux and Implementation in the Zone Franca of Manaus in Northern Brazil

Luana Witeck Marchioro¹

Denise Gubert²

Veridiane Gubert³

Resumo: O presente artigo tem como propósito verificar se a Zona Franca de Manaus, situada na região norte do Brasil, pode ser enquadrada na Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de François Perroux, que estabeleceu características importantes do contexto de localização das indústrias em determinadas regiões. Segundo essa teoria, o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo, mas sim em pontos ou polos específicos, e espalha-se por toda região ao redor, funcionando como um campo de forças. Através das análises pode-se evidenciar que a implantação da ZFM contribuiu de forma positiva no aumento da população e do PIB, gerou empregos diretos e indiretos, além de contribuir para a preservação dos recursos naturais da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Zona Franca de Manaus; Polo de Crescimento.

Abstract: This article aims to verify that the Zona Franca de Manaus, located in northern Brazil, can be framed in the Theory of Growth and Development Polos François Perroux, which established important features of the context of location of industries in certain regions. According to this theory, the growth does not appear everywhere at the same time, but on specific points or poles, and spread throughout the surrounding region, functioning as a force field. Through the analysis can show that the deployment of ZFM contributed positively to increasing population and PIB, generated direct and indirect jobs, and contribute to the preservation of natural resources of the region.

Keywords: Regional Development; Zona Franca de Manaus; Polo Growth.

Código JEL: R13

1. INTRODUÇÃO

A teoria dos polos de crescimento e desenvolvimento de François Perroux, assunto abordado pela Economia Regional, nos mostra características importantes para o entendimento da escolha pela localização das indústrias em determinadas regiões. Neste artigo será dada ênfase à Região Norte do Brasil,

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional – UFMT; email: luana_marchioro@hotmail.com

² Economista pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; email: denise.gubert@hotmail.com

³ Economista pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; email: veridiane_gubert@hotmail.com

onde foi implantada no ano de 1967 a Zona Franca de Manaus. O objetivo do governo brasileiro, quando da criação da zona franca, foi a viabilização de uma base econômica na região da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá), na busca da promoção de uma melhor integração produtiva e social dessa região, e de garantir a soberania nacional sobre suas fronteiras (SUFRAMA, 2011).

Desse modo, este artigo pretende verificar como a ZFM pode ser enquadrada no contexto da Teoria dos Polos de Perroux, e quais os impactos que a sua implantação trouxe para a região norte do país. Considerando a hipótese de que a ZFM constitui-se num polo de crescimento e desenvolvimento econômico e social para a região norte do Brasil, verificar-se-á se a validade da mesma.

No decorrer deste estudo, buscou-se analisar quais foram os impactos sociais e econômicos, que ocorreram quando da implantação da zona franca na região. Para este fim, foram estudadas bibliografias que abordavam a teoria de polos de crescimento e desenvolvimento, além de estudos sobre a ZFM, verificando o crescimento e o desenvolvimento da região norte após a sua implantação. Averiguou-se também se a ZFM pode ser enquadrada na teoria dos pólos de crescimento e desenvolvimento de Perroux.

Sendo assim, este artigo será de proveito tanto para os acadêmicos, que poderão verificar se a teoria de polos de crescimento de Perroux se aplica a ZFM, quanto para a sociedade em geral, que poderá analisar os impactos gerados nessa região.

2. CONCEITOS BÁSICOS

Segundo Lima (2009), várias são as teorias que buscam explicar a dinâmica regional, ou seja, o processo de determinação da renda urbana que é a expressão e a causa do movimento do capital no espaço.

Assim, serão expostos ao decorrer deste artigo, conceitos sobre região e espaço, que foram elaborados por teóricos que procuraram demonstrar que, uma vez estabelecidas às vantagens ou desvantagens comparativas dos espaços econômicos, iniciam-se movimentos migratórios do capital, cujos resultados expressar-se-ão em determinada dinâmica regional.

Correa (2002) relata que, para que se tenha uma melhor definição de região, é necessário que explicitemos o que estamos buscando e tenhamos um quadro territorial adequado aos nossos propósitos.

Ainda dentro do conceito região, e já deixando um viés para outro conceito bastante importante e oriundo do regionalismo, que é justamente a diferenciação de áreas, o autor se justifica em:

As desigualdades que aparecem caracterizam-se pela combinação de aspectos distintos dos diversos

momentos da história do homem. Isto resulta no aparecimento de grupos também distintos ocupando específicas parcelas da superfície da Terra, e aí imprimindo suas próprias marcas, a paisagem, que nada mais é que a expressão de seus modos de vida(Correa, 2002, apud, Abrão, s/d, p.2).

Seguindo a mesma linha de raciocínio do autor, podemos citar que é a partir do modo de produção capitalista que a regionalização assume características ainda mais marcantes por conta da progressiva globalização da economia, isso a partir do século XV.

Sob a égide do capital, os mecanismos de diferenciação de áreas tornam-se mais nítidos, quais sejam: A divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali; o desenvolvimento dos meios técnicos e científicos de produção; a ação do estado e da ideologia que se espacializa desigualmente; articulação dos eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital. (Correa, 2002, apud, Abrão, s/d, p.3).

Isard (1956) destaca que a região não pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico, é preciso englobar os aspectos demográficos, sociais e tecnológicos. De acordo com o autor, uma região não pode ser definida isoladamente, mas levando-se em consideração sua inserção no país e no mundo, além de sua estrutura interna. “Toda região organiza-se em torno de um ou mais artigos que produz e “exporta” para outras regiões do território nacional e para o exterior” (ISARD, 1956, apud, SOUZA, 2005). Ainda para Souza (2005), uma região forma uma identidade, apresentando características semelhantes, como um campo de forças atraindo unidades econômicas e organizando todo o território à sua proximidade.

Já o conceito de espaço foi contestado pelo teórico François Perroux, através de uma série de trabalhos desenvolvidos no decorrer da década de 50, nos quais abandonou a noção vulgar e inexata de espaço, utilizada nas análises econômicas realizadas na época. A noção de espaço introduzida por este teórico descarta o conceito de espaço euclidiano, e utiliza o conceito matemático de espaço abstrato, mais adequado para analisar as inter-relações econômicas.

Para Perroux, esses espaços econômicos (abstratos), têm origem na atividade humana, e as relações que se estabelecem entre os seres humanos no espaço geográfico, buscando sua sobrevivência, acabam originando os espaços econômicos.

Souza (2005), divide os espaços econômicos em três diferentes conceitos, a seguir elencados: espaço de planejamento, como conteúdo de um

plano; espaço homogêneo, como conjunto homogêneo; e espaço polarizado, como um campo de forças.

Em relação ao espaço como conteúdo de um plano, Perroux (1967) o descreve como “[...] o conjunto das relações estabelecidas entre a empresa e, por um lado, os fornecedores de input (matéria-prima, mão-de-obra, capitais) e, por outro lado, os compradores de output (compradores intermediários, compradores finais)” (PERROUX, 1967, apud, LIMA, 2009, p. 57).

O espaço homogêneo é entendido por Boudeville, citado por Andrade (1973, p. 40) como “o espaço contínuo em que cada uma das partes que o constituem apresenta características que a aproximam uma das outras”.

Já o espaço polarizado, está denominado como um campo de forças, onde se compreende forças de atração (centrípetas) e de repulsão (centrífugas), que surgem devido às concentrações de população e de indústrias que estimulam a produção. Esta relação de forças, passa pela empresa, atraindo ou expulsando os elementos econômicos. Através disto, delimita-se uma zona de influência econômica, que se sobrepõe à influência topográfica. Esta organização, em torno de um centro é denominada então, “polo” ou “nó”. Tal centro, na visão de Lima (2009), constitui-se sempre numa cidade. Além disso, a região é definida como sendo parte de um todo maior, sendo considerada, deste modo, um quadro territorial, no qual se inserem os planos de ação e aonde se aplicam as decisões. O trabalho deste autor agrega, portanto, ao conceito de região, a influência do homem modificando o quadro natural, apresentando, também, uma visão acerca dos problemas relativos ao espaço do mundo subdesenvolvido, caracterizando sua preocupação com as questões do desenvolvimento.

Estabelecido o conceito de região e espaço econômico, Perroux passa a analisar o processo de crescimento, o qual se dá irregularmente:

O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, apud, LIMA, 2009, p.7).

O autor destaca ainda que, as mudanças ocorridas estão relacionadas às variações da estrutura econômica nacional, que consiste no aparecimento e desaparecimento de indústrias, e em taxas de crescimento diferenciadas para as diversas indústrias no decorrer do tempo, que refletem na economia através dos efeitos de propagação que são: os preços, fluxos e antecipações. (PERROUX, 1967, apud, LIMA, 2009).

O espaço geográfico pode ser definido, segundo Pieruccini e Bulhões (2009) como “o suporte de uma sociedade e de uma economia, e como tal, o referido é objeto de apropriação e lugar onde se desenvolvem as estratégias dos grupos sociais.”

Para Correa (2002), “A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas

também uma condição para o futuro (reprodução)” (CORREA, 2002, apud, ABRÃO, s/d, p.3).

Acrescenta-se, também, que o espaço, enquanto organização, é um processo e, como tal, está em permanente transformação. Moro (1990, p.13), a este respeito, descreve o pensamento de Andrade: “[...] refletir levando em conta que o espaço nunca está organizado de forma definitiva, que ele não é estático, ao contrário, é profundamente dinâmico e vai se modificando dialeticamente de forma permanente.” (MORO, 1990; PIERUCCINI et alii, s/d, p.5). Em sua análise, Rolim (1995), citando Coraggio, conclui: “[...] uma vez decifrados os processos gerais de espacialidade de uma determinada sociedade, é possível delimitar concretamente as suas regiões, já que a entendemos como o lócus de um determinado sub-processo social ou como uma área onde determinadas características tenham uma relativa homogeneidade.” (ROLIM, 1995, apud, PIERUCCINI, et elii, s/d, p. 53).

2.1 Polos de Crescimento e Desenvolvimento

Para entender a dinâmica do crescimento e desenvolvimento de um espaço e uma região, se faz necessário o estudo das teorias relacionadas a estes conceitos. Embora muitos autores considerem que crescimento é sinônimo de desenvolvimento, para outros, as duas expressões tem significados distintos.

Para Escóssia (2009), crescimento econômico pode ser definido como o aumento da capacidade produtiva da economia expressa pela produção de bens e serviços, medida basicamente pelo PNB, Produto Nacional Bruto, per capita. O crescimento de uma economia evidencia-se também pelo aumento da força de trabalho, poupança e investimento e também pelo nível de tecnologia empregada.

Segundo Oliveira (2002), desenvolvimento pode ser entendido como um complexo processo de mudanças e transformações de ordem política, econômica, humana e social. Ou seja, “desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras” (OLIVEIRA, 2002. p. 40).

Escóssia (2009), salienta a importância de se diferenciar o conceito de crescimento e de desenvolvimento econômico, pois é possível que haja um crescimento econômico, sem que se tenha alcançado um estágio de desenvolvimento econômico. O crescimento é condição indispensável para que haja desenvolvimento, porém não é condição suficiente. Ao crescimento devem estar associados um conjunto de processos que garantam o bem-estar econômico e social. O conceito de crescimento se mostra mais de natureza quantitativa, enquanto que o de desenvolvimento revela-se mais qualitativo.

Segundo a teoria dos pólos de crescimento de François Perroux (1977), “o crescimento não aparece em todos os pontos do território simultaneamente, mas em regiões ou pólos de crescimento, ou seja,” o crescimento econômico

não se distribui da mesma maneira entre setores e regiões” (SOUZA, 2005, p.55).

De acordo com Souza (2005), para cada região há uma tendência de crescimento num ritmo diferenciado das outras, de acordo com sua estrutura produtiva e a dotação de seus recursos internos. Por esse motivo, o crescimento econômico ocorrerá de forma concentrada, em polos, com efeitos que podem ser tanto expansivos, como de drenagem de recursos das áreas próximas.

A teoria do crescimento polarizado tem como objetivo “conhecer as razões pelas quais determinadas indústrias e regiões crescem mais do que a média, trazendo um desequilíbrio não previsto pelo modelo neoclássico” (SOUZA, 2005. p. 55).

Este mesmo autor ainda cita que, os fatores internos que um polo necessita para que o crescimento seja favorecido, vão desde a disponibilidade de recursos naturais e humanos, até o mercado interno e a uma estrutura produtiva. Fatores estes que exercem uma atração para as indústrias, que instaladas passam a produzir para os mercados local, nacional e internacional.

As mudanças estruturais que o crescimento econômico traz se mostram pelo surgimento e desaparecimento de empresas, difusão imperfeita dos fatores de produção no território e entre os setores e pelo crescimento desigual de regiões e setores. Observa-se, portanto que o crescimento ocorre de um modo desequilibrado.

Para Souza (2005), compreende-se, portanto, polo de crescimento como um complexo industrial localizado, formado por atividades que são interdependentes entre si e que em seu meio possui no mínimo uma indústria motriz. O conceito de polo de desenvolvimento compreende um contexto mais amplo, não somente considerando fatores quantitativos, mas também qualitativos e as mudanças na estrutura da região.

Uma política de desenvolvimento com base em pólos de crescimento não deve centrar-se apenas na implantação da indústria motriz em determinada região, mas precisa incentivar também o surgimento de atividades satélites, fornecedoras de insumos para a atividade principal. (SOUZA, 2005, p.96)

O autor destaca que não se deve apenas investir na indústria-motriz, ao contrário, esta não sendo autossuficiente precisa de outras indústrias, as chamadas satélites, que forneçam insumos a ela. Sendo assim, o autor conclui que nem todo pólo de crescimento constitui um pólo de desenvolvimento.

Os polos de crescimento se transformam em polos de desenvolvimento quando interferem em seu próprio ambiente criando efeitos positivos e propagando-os no território.

Perroux (1955), ao estudar os pólos de desenvolvimento existentes veio a concluir que o pólo altera o seu próprio ambiente ao criar novos tipos de consumos e comportamentos econômicos, bem como ao desenvolver necessidades coletivas. (MATOS, 2000, p.101-102)

Para Matos (2000), na a teoria dos polos os investimentos em atividades motoras devem se concentrar em polos interligados entre si que, que formando uma rede, facilitam que os efeitos de dispersão se propaguem.

Desta forma, com o estabelecimento dos conceitos necessários para o entendimento teórico, inicia-se a explanação sobre a região de estudo e da zona franca nela localizada.

3. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa tem como função mostrar os mecanismos utilizados no desenvolvimento do artigo. Sendo que segundo Oliveira (2008, p.86), “os métodos de procedimentos indicam como o pesquisador irá proceder (técnicas de investigação) ao longo da pesquisa em relação a sua busca de entendimento e explicação do problema de pesquisa.”

Portanto, esta investigação fará uso de pesquisa bibliográfica, buscando analisar criticamente livros, artigos, sites especializados, documentos, o que constituirá uma base teórica capaz de identificar e aprofundar os principais temas que sustentam essa pesquisa: região, espaço, polos de crescimento e desenvolvimento de Perroux. O método utilizado nesse artigo será o dedutivo ou racional que analisa um caso específico através de teorias já existentes. Partindo da Teoria de Perroux, dando ênfase à Região Norte, mais precisamente a Amazônia Ocidental, onde foi implantada a Zona Franca de Manaus, objeto de nosso estudo.

O levantamento dos dados será com base no site oficial da SUFRAMA, visando dar um complemento à pesquisa bibliográfica, porque se busca saber como e porque algo ocorre, e não apenas conhecer a frequência das ocorrências. De maneira que os dados obtidos possam ser utilizados tanto na análise quantitativa, quanto na qualitativa.

4. REGIÃO NORTE E A IMPLANTAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Segundo o Ministério das Relações Exteriores- MRE (2011), a Região Norte do Brasil possui uma área de 3.869.637,9 km², que corresponde a 45,27% do território brasileiro. É formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Sua área está localizada entre o maciço das Guianas ao Norte, o planalto Central ao Sul, a cordilheira

dos Andes a Oeste e o Oceano Atlântico a Noroeste. De clima equatorial, é banhada pelos grandes rios das bacias Amazônica e do Tocantins.

Ainda segundo o MRE (2011), a Região Norte possui 10.597.305 habitantes, 7% da população total do país. Sua densidade demográfica é a mais baixa dentre todas as regiões, com 2,73 habitantes por km². A maior parte da população da região Norte (57,8%) é urbana, sendo Belém, capital do Estado do Pará, sua maior metrópole.

De acordo com os dados divulgados em 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM⁴), dos estados da região norte é considerado médio a alto. O estado mais bem posicionado no *ranking* foi o Amapá, em 12º lugar, com IDHM de 0,708. Já o Pará é o último colocado da região, em 24º lugar, apresentando IDHM de 0,646.

A economia da região baseia-se no extrativismo vegetal de produtos como látex, açaí, madeiras e castanha; no extrativismo mineral de ouro, diamantes, cassiterita e estanho; e na exploração de minérios em grande escala, principalmente o ferro na serra dos Carajás, Estado do Pará, e o manganês na serra do Navio, Estado do Amapá.

A fim de promover o crescimento econômico da região, o Governo Federal ofereceu incentivos fiscais para a instalação de indústrias no Estado do Amazonas, especialmente montadoras de produtos eletrônicos. Esse processo foi administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, e os incentivos deveriam permanecer em vigor até, pelo menos, o ano de 2003.

No final de 2003, pela Emenda Constitucional nº. 42, de 19 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U. de 31 de dezembro de 2003, art. 92, a Zona Franca de Manaus foi prorrogada até o ano 2023, com a seguinte redação: "Art. 92. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art.40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (Ministério das Relações Exteriores, 2011)

De acordo com Filho (2005), a Zona Franca de Manaus teve sua origem na promulgação da Lei nº 3.173 de 6 de Junho de 1957, sendo regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 47.757 de 2 de fevereiro de 1960. Quem propôs o modelo foi o então Deputado Federal do Amazonas, Francisco Pereira da Silva, inicialmente como um Porto Livre. Propôs-se ser um modelo de desenvolvimento que pudesse ocupar e integrar a região denominada de Amazônia Ocidental (composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) uma área que corresponde a 25,7% do território brasileiro, ao restante do país.

⁴ IDHM é um indicador econômico que mensura o progresso de uma determinada região (país, estados, municípios) segundo a análise de três fatores principais: longevidade, renda e educação. O ranking divulgado em 2013 utilizou dados dos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.

Tendo-se transcorridos dez anos após a tentativa original, o Decreto de Lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, reformulou e ampliou a idéia inicial, destacando o seguinte propósito:

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram os centros consumidores de seus produtos (DECRETO-LEI Nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967)

Assim, com o Decreto 288, foi instituído o atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus e está assentado em Incentivos Fiscais e Extrafiscais, instituídos com objetivo de reduzir desvantagens locais e propiciar condições de alavancagem do processo de desenvolvimento da área incentivada. “A Zona Franca de Manaus leva à região de sua abrangência, desenvolvimento econômico aliada à proteção ambiental, proporcionando melhor qualidade de vida às suas populações” (SUFRAMA, 2011).

De acordo com o Decreto-Lei nº. 288/67, a Suframa é uma Autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que administra a Zona Franca de Manaus. A Suframa tem como responsabilidade construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Segundo a SUFRAMA (2011) a ZFM é composta por três polos (comercial, industrial e agropecuário), que buscam a promoção da interiorização do desenvolvimento por todos os estados da área de abrangência do modelo, por meio da verificação de oportunidades de negócios, e atraindo investimentos para toda a sua área de atuação.

Segundo Filho (2005), recentemente a Suframa vêm incorporando o termo “Polo Industrial de Manaus” ao invés de “Zona Franca de Manaus”, ao desgaste associado ao termo Zona Franca, em relação à opinião pública. Outro elemento atribuído a essa mudança de terminologia decorre da maturidade alcançada pela atividade industrial da ZFM.

De acordo com Barbosa (2011) a presidente Dilma Rouseff anunciou a prorrogação da ZFM por mais 50 anos, além de aumento dos incentivos fiscais para os municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Manaus (Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manacapuru). Segundo a presidente, a prorrogação visa gerar mais empregos e preservar os recursos naturais da região.

4.1 A ZFM e o Aumento da População e do PIB da região da Amazônia Ocidental

A ZFM está localizada na chamada Amazônia Ocidental, que por muito tempo, constituía uma imensa área que, devido à baixíssima densidade demográfica, destacava-se apenas pela enorme riqueza de recursos naturais existentes.

Segundo Botelho (2008), por conta dessas características, a região despertava a cobiça internacional. Hipótese que ficou mais forte com o interesse dos movimentos ambientalistas na região. O governo militar não escondia o temor sobre a soberania nacional nas áreas desabitadas e fronteiras desprotegidas.

A fim de modificar o quadro existente, o Governo Federal elaborou o projeto da ZFM, com a intenção de levar o crescimento e desenvolvimento econômico a esta parte do país.

Figura 1 - Mapa da Amazônia Ocidental



Fonte: SUFRAMA (2011)

A Figura 1 apresenta o mapa da Amazônia Ocidental, constituída pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, segundo o Decreto de Lei nº 291 de 1967 e as cidades de Macapá e Santana, no estado do Amapá. Conforme se observa na figura, na região existem três áreas de livre comércio (ALC) e sete coordenações regionais da SUFRAMA.

Segundo SUFRAMA (2011), a região conta com 2,4 milhões de km² sendo que 10.363 km são áreas de fronteira. A região detém 42,97% da extensão territorial da Amazônia Legal, e representa 25,2% da extensão territorial brasileira. Considerada de baixa densidade demográfica, 2,62 hab./km², na região vivem cerca de 5,73 milhões de pessoas.

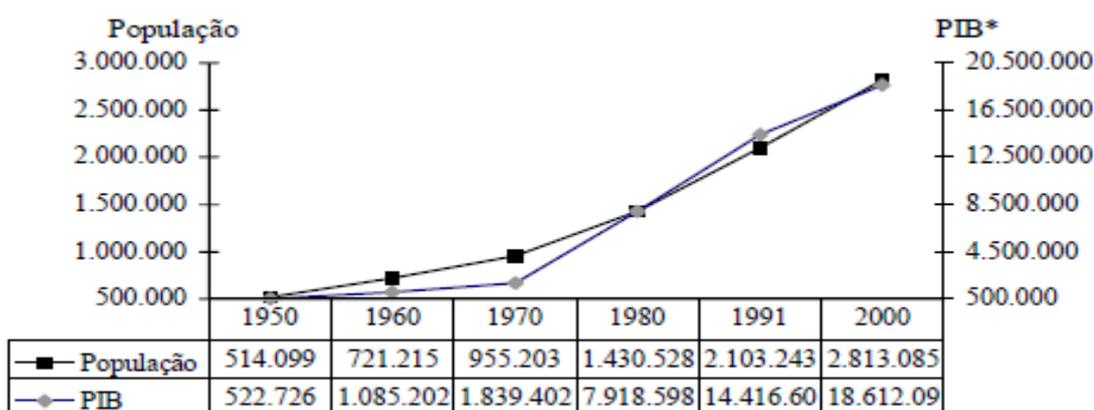
É nessa região que foi implantado em 1967 o projeto da ZFM. Projeto este que previa isenção de impostos sobre importação de máquinas, matérias-primas e componentes, e sobre exportação de mercadorias, aliada ao baixo custo da mão-de-obra local, na tentativa de atrair empresas transnacionais e nacionais para a fabricação de bens de consumo duráveis.

Institui-se, assim, o atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10 mil km², tendo como centro principal a cidade de Manaus. Baseado em incentivos fiscais e extra fiscais, com objetivo de reduzir desvantagens locacionais e proporcionar condições de viabilização do processo de desenvolvimento das áreas incentivadas.

Segundo a SEPLAN (2009), a ZFM pode ser considerada a mais bem sucedida estratégia de desenvolvimento regional do país, pois atingiu os objetivos a que se propôs, principalmente o de atrair investimentos para a região norte do país. O modelo atua como irradiador de desenvolvimento na região, no sentido em que atrai investimentos, fomenta e apóia as atividades de produção, infra-estrutura econômica, qualificação de mão de obra, geração de emprego e renda, dentre outros fatores.

Ainda conforme a SEPLAN (2009), a implantação do projeto da ZFM foi responsável por um acréscimo de 194,5% na população do Estado do Amazonas entre os anos de 1970 a 2000, o que corresponde a uma média anual de 3,7%, considerada elevada, pois o Brasil apresentou crescimento da população no mesmo período em termos de 2%.

Figura 2 – População e Produto Interno – Evolução Histórica



Fonte: Adaptado de FILHO (2005)

* Valores em R\$ de 2001.

O PIB seguiu o mesmo caminho do crescimento da população. O indicador que em 1970 apresentava números de R\$ 1.839.402, passou para R\$ 18.612.090 nos anos 2000, um aumento de 911,86%.

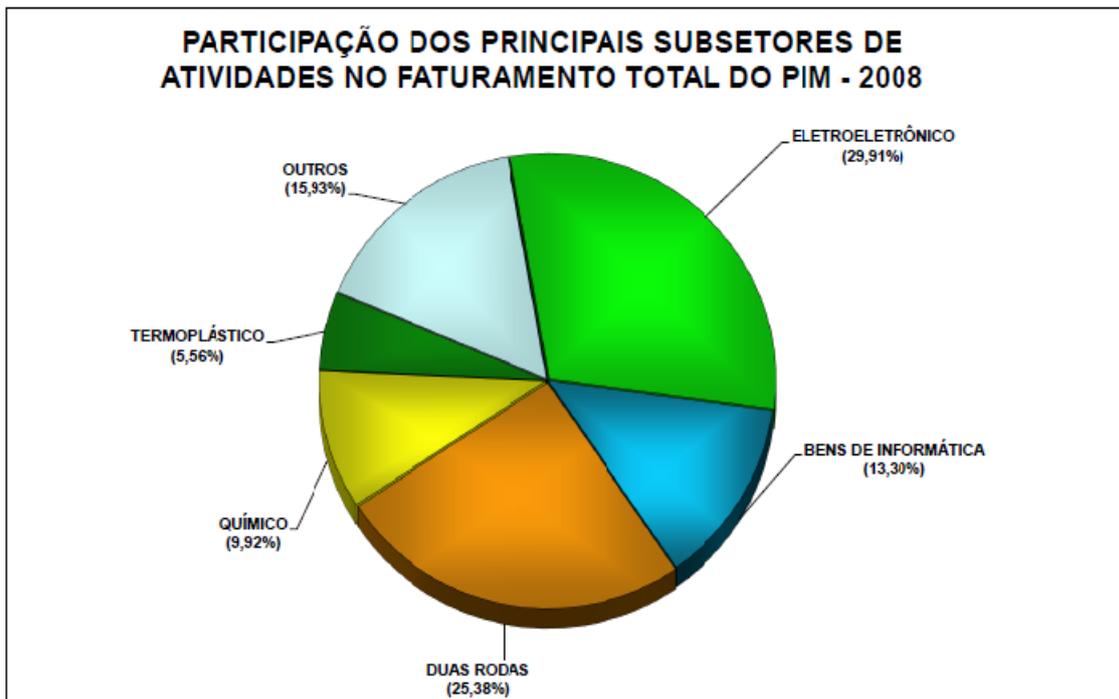
A figura 2 apresenta a evolução histórica da relação entre PIB e população, no Estado de Amazonas a partir da década de 1950 até os anos 2000. É possível perceber um acentuado crescimento em ambas as variáveis a partir da década de 1970, período em que o projeto da ZFM torna-se uma realidade na região.

4.2 O Polo Industrial de Manaus (PIM) e a Geração de Emprego e Renda

Segundo a SUFRAMA (2011), o Polo Industrial de Manaus (PIM), é a base de sustentação do modelo ZFM. Atualmente o PIM conta com mais de 600 empresas instaladas, que faturaram mais de US\$ 30,1 bilhões, em 2008, gerando mais de 100 mil empregos diretos e de 400 mil indiretos. “O PIM reúne indústrias nacionais e multinacionais com alto grau de competitividade, capazes de atender ao mercado nacional e ajudar o Brasil a ampliar a sua inserção no mercado internacional” (SUFRAMA, 2011).

A figura 3 abaixo apresenta a participação dos principais subsetores de atividades no faturamento total do PIM, no ano de 2008. O subsetor eletroeletrônico é o de maior participação com 29,91%, seguido pelo subsetor duas rodas com 25,38% do faturamento total do PIM em 2008. Os valores atualizados referentes ao período de janeiro a agosto de 2011 demonstram o crescimento da participação desses subsetores. O setor eletroeletrônico passando para 32,67% e o de duas rodas para 22,51%, segundo dados da SUFRAMA(2011).

Figura 3. Participação dos principais subsetores de atividades no faturamento total do PIM-2008



Fonte: SUFRAMA (2011)

Segundo Botelho (2008), as indústrias do PIM, boa parte transnacionais, adotam modernos métodos de gestão, investem em produtividade e, a cada dia, adquirem maior competitividade, sem deixar nada a dever aos grandes centros industriais do País e do exterior.

Botelho (2008) destaca que:

Uma das vantagens do polo é que ele tem alta densidade tecnológica, elevado valor unitário, e absorvem com rapidez mudanças na tecnologia de produto, relevantes para assegurar a especialização, o aumento da escala de produção e a elevação dos níveis de produtividade e competitividade. Um dado importante é o fato de as principais empresas estarem certificadas com as Normas das séries ISO 9000, 14000 e 18000.

O elevado nível de tecnologia empregada nas indústrias que fazem parte do PIM facilita o aumento da produtividade e da competitividade das mesmas, em relação a outras indústrias localizadas em regiões mais desenvolvidas economicamente, como o Sudeste.

De acordo com a SEPLAN (2009), o PIM é parte estratégica da ZFM, um modelo de desenvolvimento da Amazônia que participa com uma arrecadação federal superior a R\$ 15 bilhões por ano, sendo de essencial importância para o desenvolvimento do sistema regional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O PIM é isento pelo Governo Federal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), reduções no Imposto de Importação (II), Imposto de Renda (IR), e PIS/COFINS. Os incentivos fiscais federais são geridos pela

SUFRAMA, entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Além desses benefícios federais, o PIM conta também com os incentivos oferecidos pelo Governo do Estado do Amazonas, que baseiam-se na restituição parcial ou total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de acordo com o produto ofertado.

Devido aos incentivos recebidos pelas empresas do PIM na produção, isso se reverte em geração de emprego e renda não só no estado do Amazonas, mas também nos demais estados da Amazônia Ocidental, além de ganhar com a arrecadação de impostos para a própria União e os estados.

Figura 4- PIM - Mão de Obra Empregada Por Subsetor de Atividade

Subsetor	1999		2000		2001		2002		2003	
	Nº	%								
Eletroeletrônico	21.902	50,8	25.870	52,9	28.100	51,3	27.910	48,3	30.937	47,9
Duas Rodas	4.943	11,5	5.709	11,7	6.566	12,0	7.490	13,0	9.052	14,0
Termoplástico	2.572	6,0	2.933	6,0	3.609	6,6	5.100	8,8	5.436	8,4
Mecânico	274	0,6	435	0,9	505	0,9	2.066	3,6	2.912	4,5
Metalúrgico	1.102	2,6	1.400	2,9	1.531	2,8	1.861	3,2	2.447	3,8
Outros	12.302	28,5	12.532	25,6	14.448	26,4	13.385	23,1	13.807	21,4
Total	43.095	100%	48.879	100%	54.759	100%	57.812	100%	64.591	100%

Fonte: Adaptado de FILHO (2005)

Na figura 4 acima, percebe-se que os subsetores eletroeletrônicas e duas rodas são os que mais empregam no PIM. O período analisado que vai de 1999 a 2003, mostra que o subsetor eletroeletrônico fica muito a frente dos outros subsetores do PIM, na quantidade de mão de obra empregada. A evolução do total da mão de obra empregada no período 1999/2003 foi de 49,88%.

Para a SEPLAN (2009), considerando o desenvolvimento brasileiro, o projeto favoreceu o crescimento econômico no espaço amazônico e criou condições de atrair investimentos das regiões mais desenvolvidas do país, indo contra o processo de concentração que vigorava no Sudeste. Dessa forma deu-se o primeiro passo no sentido da desconcentração nacional das atividades econômicas e na direção da redução das desigualdades regionais.

A região da Amazônia Ocidental foi beneficiada com o crescimento econômico gerado pela produção do Distrito Industrial, e por conseqüência, os efeitos multiplicadores se espalham para todos os estados e municípios da região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a região norte destaca-se pela enorme quantidade de riquezas naturais que possui, característica que desperta o interesse mundial nessa região pouco habitada do país. Na busca de criar condições de crescimento e desenvolvimento para a região, o Governo Federal criou a Zona Franca de Manaus.

Este trabalho buscou verificar a possibilidade da ZFM ser considerada um polo de crescimento e desenvolvimento para a região, segundo as teorias da economia regional.

À medida que se examinava a produção teórica dos autores que se dedicaram ao estudo Economia Regional, pôde-se notar que a ZFM pode se enquadrar na teoria de Perroux, mais precisamente no conceito de espaço polarizado, que se caracteriza por um campo de forças, que surge devido às concentrações de população e de indústrias que estimulam assim a produção, devido às forças de atração e repulsão que o polo exerce sobre a região.

Por um longo período a economia amazônica ficou estagnada. A ZFM, criada em 1967 fez com que houvesse uma retomada do crescimento econômico da região, provocando mudanças na atividade produtiva, que em pouco tempo passou a concentrar-se no setor industrial.

Com a implantação da Zona Franca de Manaus, a população apresentou elevado crescimento, e na mesma ordem cresceram também o emprego, a renda e o PIB da região.

A zona franca passou a atuar como propagadora de desenvolvimento na Amazônia Ocidental, por meio da atração de investimentos, fomento e apoio às atividades de produção, infraestrutura econômica, capital intelectual, assistência técnica, qualificação de mão de obra, geração de emprego e renda. Com isso, aumentou-se a arrecadação de impostos para a União e os estados.

Hoje, praticamente todas as atividades da economia local estão diretamente ou indiretamente ligadas às indústrias do PIM, e são de alguma forma uma conseqüência da sua existência na região. Contudo, esses incentivos expandiram além das fronteiras estaduais, se estendendo para toda a região.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Henrique Mamede. **Resenha critica informativa**. Disponível em: [http://www.google.com.br/url...>](http://www.google.com.br/url...). Acesso em: 09 de out. de 2011.

BARBOSA, Ana Carolina. **Dilma assina prorrogação da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos**. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Dilma-prorrogacao-Zona-Franca-Manaus-Amazonas-Amazonia_0_578342264.html> Acesso em 14 de ago. de 2013.

BOTELHO, João - **Como funciona a Zona Franca de Manaus.** Disponível em: <<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/zona-franca-manaus5.htm>>. Acesso em 30 de out. 2011.

BRASILEIRO, Verônica Maria Miranda. **Análise do trabalho desenvolvido pela SUDAM e pela SUFRAMA para o desenvolvimento da Amazônia.** Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema14/pdf/111581.pdf>>. Acesso em: 11 de out. de 2011.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização.** Disponível em: <<http://www.revistaaber.com.br/index.php/aber/article/viewFile/1/3>>. Acesso em: 06 de out. de 2011.

Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0288.htm> Acesso em 20 de out. 2011.

ESCÓSSIA, Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico.** Disponível em: <<http://www.carloescossia.com/2009/09/o-que-e-crescimento-e-desenvolvimento.html>>. Acesso em 18 de out. de 2011.

FILHO, Guajarino de Araújo. **Cooperação entre empresas no pólo industrial de Manaus.** Disponível em: <http://portal.fucapi.edu.br/nepi/arquivos/Guajarino_Araujo_Tese_de_Doutorado_Cooperacao_Entre_Empresas_no_Polo_Industrial_de_Manaus.pdf>. Acesso em: 06 de out. de 2011.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil.** Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 08 de out. de 2011.

LYRA, Flávio Tavares. **Os Incentivos Fiscais à Indústria da Zona Franca de Manaus: Uma Avaliação.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_371.pdf> Acesso em 30 de out. 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Estado do Amazonas.** Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat7.pdf>> Acesso em 20 de out. 2011

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf> Acesso e 28 de out. 2011

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** 4 eds. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2008.

PIERUCCINI, Mariângela Alice. BULHÕES, Ronaldo. **Caracterização enquanto região.** Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_02.pdf>. Acesso em: 13 de out. de 2011.

PNUD – **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>>. Acesso em 14 de ago. de 2013.

SEPLAN. **Amazonas, Riqueza natural e potencial econômico**. Disponível em: <<http://www.seplan.am.gov.br>>. Acesso em 01 de nov. 2011.

SEPLAN. **Perfil Básico da Região Metropolitana de Manaus**. Disponível em: <
http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/perfil_da%20regiao_%20metropolitana_de_%20manaus_2009.pdf>. Acesso em 01 de nov. 2011.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. Editora Atlas. Ed. 1, 2009.

SUFRAMA – **Superintendência da Zona Franca de Manaus**. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em 05 de out. de 2011.